



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681377 - SP (2021/0226945-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : FERNANDA CACCAVALI MACEDO GAMA - SP199563
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : THIAGO DOS ANJOS DE MORAES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de THIAGO DOS ANJOS DE MORAES contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2125198-81.2021.8.26.0000).

O paciente foi pronunciado como incurso nas disposições do art. 157, caput, do Código Penal, tendo sua prisão em flagrante sido convertida em preventiva.

Impetrado HC na origem, a ordem foi denegada, momento no qual impetrou o presente *writ*.

A defesa sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que o paciente encontra-se preso preventivamente desde 27/05/2021, tendo a autoridade coatora desconsiderado que se trata de réu primário, com bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa.

Ressalta que o Magistrado não esclareceu, de forma fundamentada e individualizada, porque não caberia no caso concreto a substituição da preventiva por outras medidas cautelares, tal como exige o § 6º do art. 282 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva imposta ao paciente, nos termos do artigo 316 do CPP, deferindo-se o direito de recorrer em liberdade ou, alternativamente, sejam aplicadas medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 282 c/c art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, observa-se que foram declinados os fundamentos para justificar a manutenção da custódia cautelar do paciente (e-STJ fls. 95/96):

Conforme disposição do art. 312, última parte, do CPP, estão presentes os pressupostos da prisão processual, pois há nos autos indícios de autoria e prova da materialidade delitiva, atestados pela prova até então coligida.

Somado a isso, evidente a necessidade da custódia cautelar do paciente.

Com efeito, além da gravidade do delito, a ação delituosa foi praticada mediante emprego de arma de fogo, tendo o paciente empurrado a vítima ao solo após consumada a subtração, elementos suficientes para embasar a denúncia

e mantera segregação.

Cumpra consignar, ainda, que o crime pelo qual está sendo processado o paciente causa considerável temor junto à população, fator que não pode ser desprezado, mas considerado no conjunto com as demais circunstâncias elencadas.

Importante ressaltar que a presunção de inocência e a liberdade provisória, apesar de constituírem a regra no nosso sistema processual penal, admitem exceção, desde que presentes motivos razoáveis para a decretação da custódia cautelar, o que ocorre no presente caso.

Assim, ao contrário do que a defesa aduz, observa-se que a fundamentação do acórdão combatido, o qual manteve a segregação cautelar do acusado, demonstra de maneira suficiente e adequada o fator que consubstancia a necessidade da prisão como ferramenta *periculum in libertatis* garantidora da ordem pública, em virtude da periculosidade concreta do paciente, representada pelo modo de execução do crime.

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito do *mandamus*, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência